Patriarcado, Estado e Capitalismo: A geografia antipatriarcal de Élisée Reclus e Piotr Kropotkin

PATRIARCHATE, STATE AND CAPITALISM: THE ANTI-PATRIARCHAL GEOGRAPHY OF ÉLISÉE RECLUS AND PIOTR KROPOTKIN

PATRIARCADO, ESTADO Y CAPITALISMO: LA GEOGRAFIA ANTIPATRIARCAL DE ÉLISEE RECLUS Y PIOTR KROPOTKIN

DAVIDSON MATHEUS FÉLIX PEREIRA
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
João Pessoa/PB.
E-mail: davidsonacrata@outlook.com

Resumo:
A Geografia institucionalizada, desconsiderou as contribuições da Geografia Social Anarquista, produzida no século XIX e início de XX. No entanto, talvez uma das contribuições dadas e menos reconhecida seja a crítica à sociedade patriarcal e a organização patriarcal do espaço que estava contida no cerne do pensamento dos geógrafos Élisée Reclus e Piotr Kropotkin. O presente artigo possui um caráter ensaístico propositivo. Tem por objetivo principal, retomar e reunir algumas questões acerca da questão da mulher na sociedade moderna, discutidas de forma dispersa nas obras desses dois autores, considerando o contexto e o tempo em que foram escritos. Em segundo plano, buscamos refletir a partir da análise dessas obras, as possíveis contribuições práticas e teóricas para os movimentos libertários e para a Geografia atual, seja na esfera da luta pelo fim do patriarcado, do salariado e da propriedade, seja na esfera teórica-temática da Geografia ou das ciências humanas.

Palavras-chave: Ajuda-mútua; Matriarcado; Feminismo; Anarquismo; Geografia feminista.

Abstract:
The institutionalized Geography, disregarded the contributions of the Anarchist Social Geography, produced in the 19th and early 20th centuries. However, perhaps one of the contributions that has been given and less recognized is the criticism of patriarchal society and the patriarchal organization of space that was contained in the core of the thought of geographers Élisée Reclus and Piotr Kropotkin. This article has a propositive essayistic character. Its main objective is to take up and gather some questions about the issue of women in modern society, discussed in a scattered way in the works of these authors, considering the context and the time in which they were written. In second place, we try to reflect from the analysis of these works, the possible practical and theoretical contributions to the libertarian movements and to the current Geography, whether in the sphere of the struggle for the end of patriarchy, salaried and property, whether in the theoretical-thematic sphere of Geography or the human sciences.

Keywords: Mutual aid; matriarchy; Feminism; Anarchism; Feminist geography.

Resumen:
La Geografía institucionalizada, ha ignorado las contribuciones de la Geografía Social Anarquista, producida en el siglo XIX y princípios del XX. Sin embargo, quizás una de las aportaciones que se ha dado y menos reconocida es la crítica a la sociedad patriarcal y la organización patriarcal del espacio que estaba contenida en el núcleo del pensamiento de los geógrafos Élisée Reclus y Piotr Kropotkin. Este artículo tiene un carácter ensayístico propositivo. Su principal objetivo es retomar y reunir algunas cuestiones sobre el tema de la mujer en la sociedad moderna, discutidas de forma dispersa en las obras de estos autores, considerando el contexto y la época en que fueron escritas. En segundo lugar, intentamos reflexionar a partir del análisis de estos trabajos, las posibles aportaciones prácticas y teóricas a los movimientos libertarios y a la Geografía actual, ya sea en el ámbito de la lucha por el fin del patriarcado, asalariado y la propriedad, ya sea en el ámbito teórico-temático de la Geografía o de las ciencias humanas sciences.

Palabras clave: Ayuda mutua; matriarcado; Feminismo; Anarquismo; Geografia feminista.

Introdução[1]

Reclus e Kropotkin, foram dois geógrafos e anarquistas, do século XIX[2]. Suas posturas políticas heterodoxas e radicais[3], permitiram-lhes construir um conhecimento científico totalmente distinto de seus pares acadêmicos. Contudo, disso resultou certo descrédito de suas obras por parte da Geografia à serviço do Estado. Esse descrédito se deu sobretudo, pelo tratamento de temas incomuns (à exemplo do patriarcado e privilégios dos homens) e pela radicalidade da crítica desses dois geógrafos. Esses fatos, entre outros contribuíram para atualmente serem mais reconhecidos na Geografia acadêmica pelos seus nomes e legados políticos, que pelos seus escritos e suas teorias.

O presente estudo visa contribuir com o resgate do pensamento de ambos os autores na Geografia e outras ciências humanas e sociais. Nesse caso, retomaremos alguns dos elementos de análise trabalhados pelos mesmos, principalmente a partir de suas ideias sobre a questão da mulher na sociedade moderna, pouco reconhecidas nos estudos de suas obras. Ambos, desenvolveram críticas implícitas e explícitas ao "patriarcado capitalista" (MIES, 2018), ao centrismo do macho na sociedade e a estrutura de dominação constituída sobre as mulheres nas sociedades modernas. Levando em conta a época vivida pelos autores, — na qual essas questões não eram, de modo geral, colocadas pelas ciências

[1] A ideia de produzir esse artigo amadureceu a partir de discussões acerca da questão de gênero na Geografia, em 2019, período em que cursava a disciplina "Geografia do Trabalho", no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG-UFPB). A disciplina foi ministrada pela professora Maria Franco García. Agradeço-a pelas discussões edificantes e por acolher as ideias improváveis que me levaram a escrever esse texto. Agradeço também pelos debates divididos com os companheiros e companheiras anarquistas do grupo de estudos do Coletivo 1° de Maio, em Campina Grande-PB.

[2] Reclus 1830-1905, Kropotkin 1842-1921.

[3] No sentido de ir à raiz do problema.

institucionalizadas, — suas teorias e práticas, os colocam em uma posição distinta dos geógrafos de sua época e até mesmo de grande parte dos geógrafos da atualidade.

Contudo, é notável o relativo apagamento que sofreram esses geógrafos a partir do início do século XX. Não poderia ser diferente, tendo em vista a aversão de ambos ao método positivista burguês (KROPOTKIN, 1912). Nesse período, esse método difundira-se na Geografia institucionalizada de forma proeminente por Friedrich Ratzel e Vidal de La Blache, sedimentando a corrente dominante do pensamento geográfico "clássico". Nem mesmo após a crise da Geografia Tradicional, em meados do século XX, e nem com o advento da chamada Geografia Radical, podemos dizer que a Geografia Anarquista recebera um tratamento devido[4].

Na esteira da institucionalização da Geografia Crítica (e Radical), o pensamento geográfico de orientação anarquista é novamente soterrado, pela penetração e enquadramento da Geografia ao sistema materialista histórico dialético. O caráter ortodoxo desse movimento de radicalização científica, desconsiderou absolutamente as contribuições dos geógrafos e outros intelectuais de orientação anarquista (PINTO, 2015, p. 72), com a justificativa equivocada de que esses mesmos não possuíam um objeto de estudo definido e que eram demasiadamente descritivistas. (PINTO, 2016), (SOUZA, 2017).

Assim, tendo em conta esse apagamento, emerge nos anos 1970 a Geografia Feminista. Essa abordagem inaugural, estava

[4] Apesar de ter sido um marco introdutório, com a publicação de alguns artigos publicados sobre Reclus na revista francesa Hérodote. Nos anos 1970, o geógrafo Yves Lacoste e a geógrafa Beatrice Giblin, pela primeira vez, levantam a hipótese, de um possível apagamento do pensamento de Reclus. Ainda nesse período, a Revista americana Antipode, também publicara cerca de 70 artigos que retomavam os debates sobre Reclus Kropotkin e outros anarquistas. Para mais informações veja SKODA (2016).

ligada diretamente à crítica ao patriarcado de corte marxista (SILVA, 2009, p. 32), mas totalmente distante da crítica ao patriarcado realizada pela teoria social anarquista (e o mais interessante, dos próprios geógrafos Reclus e Kropotkin). Subsequentemente, nos anos 1980, uma mudança importante no tratamento dessas questões, — com o desenvolvimento das "Geografias Feministas" (SILVA, 2010) —, surge a partir da crítica à Geografia Feminista desenvolvida nos anos 1970, sobretudo ao seu conteúdo biologicista.

Nesses termos, essas geografias assumem também um caráter culturalista e passam a trabalhar com a categoria de gênero, e não mais com a ideia de "mulher" (SILVA,2010), sem com isso, passar pelos escritos de Reclus e Kropotkin. Logo, poderíamos dizer que a crítica ao patriarcado, realizada pelos geógrafos anarquistas entre os século XIX e XX, ainda não foi devidamente examinada pela Geografia institucionalizada.

Nesse sentido, as reflexões que se seguem, visam subsidiar futuras análises, que venham a afirmar ou negar a validade das proposições e teorias dos geógrafos anarquistas para o debate das Geografias Feministas e Antipatriarcais. Ainda nesse sentido, buscamos provocar uma futura formulação de uma Geografia Anarquista com corte de gênero.

Para tanto, estruturamos o texto inicialmente discutindo as influências dos dois autores; no segundo item seguimos para o debate levantado por Reclus e Kropotkin acerca da criação do patriarcado nas sociedades ocidentais; no terceiro item dialogamos com a obra de Reclus para discutirmos alguns elementos de sua crítica ao patriarcado na modernidade, sua análise sobre o movimento feminista e sua proposta de revolução social; no quarto item

discutimos a crítica Kropotkiana ao trabalho doméstico, à divisão sexual do trabalho, a teoria do valor-trabalho e sua proposta de revolução social antipatriarcal; por fim apresentamos um item conclusivo com a sistematização das principais ideias trabalhadas e uma proposta para os estudos de gênero no quadro temático da Geografia anarquista.

As Influências das mulheres feministas e anarquistas no pensamento de Reclus e Kropotkin

Élisée, até onde sabemos, junto a Kropotkin, foram os primeiros na Geografia a defender a emancipação feminina. Reclus mantinha fortes laços com feministas como André Léo, Juliette Adam e Jenny d' Hericourt, assim como Pauline Mink, Louise Michel, que frequentavam sua casa em Paris. (PINTO, 2015, p.212). Esses laços certamente influenciaram de maneira determinante o seu tom crítico ao patriarcalismo e a sua tentativa de aprofundar questões normalmente não examinadas pela Geografia e até pelas ciências humanas como um todo em sua época.

No ano de 1868, durante o 2° Congresso da Liga Pela Paz, em um discurso que marca sua adesão declarada ao anarquismo, Reclus professa a destruição do Estado e a busca pelos direitos e liberação das mulheres. O seu pensamento, sua prática e a Geografia Social que desenvolveu na maior parte de sua vida intelectual e militante não dissociava a questão das mulheres, de seu posicionamento político, que era, antes de mais nada, fundado na crítica ao Estado e ao capitalismo.

Não menos diferente o foi Kropotkin, que manteve laços com anarquistas feministas como Emma Goldman (que o visitou em seu leito de morte na Rússia Bolchevique) e com a anarquista, feminista

e sindicalista Louise Michel, a quem guardava um grande respeito pela sua coerência e sectarismo. Além do mais, deve-se ressaltar a influência do movimento das mulheres niilistas da Rússia[5] em sua formação, durante a juventude[6].

Sendo assim, a obra e a prática de ambos os anarquistas são em parte influenciadas pelo movimento feminista, ou de mulheres (não necessariamente feministas, como no caso das niilistas russas) e principalmente pelas feministas e mulheres anarquistas de sua época. Ao mesmo tempo, a busca por uma radicalidade inspirada na própria filosofia anarquista, também levara presumivelmente os dois camaradas a uma crítica ao patriarcado e ao patriarcado capitalista tendo por base a luta e negação de qualquer tipo de autoridade e hierarquia que domine, oprima ou explore.

Aqui ainda cabe uma justificativa sobre o tratamento de uma Geografia anarquista antipatriarcal fundada a partir desses dois Geógrafos e não apenas um. É necessário pontuar que, para além das influências mais ou menos comuns entre ambos os geógrafos, Kropotkin e Reclus colaboraram mutuamente em seus trabalhos científicos e se correspondiam com frequência, principalmente a partir dos anos 1876 (FERRETTI, 2011). Juntos a um grande ciclo de intelectuais anarquistas e heterodoxos, esses geógrafos lapidaram suas concepções de método a partir de uma perspectiva

[5] Esse movimento, ocorria em São Petesburgo, por volta dos anos 1860, nesse período as mulheres reivindicavam o direito por acesso ao ensino superior, para mais informações, vide: SENNA, T. C. **A questão feminina na Rússia e suas respostas**: análise por meio da lei do desenvolvimento desigual e combinado. Marx e o Marxismo - Revista do NIEP-Marx, [S.l.], v. 4, n. 7, p. 258-280, fev. 2017. ISSN 2318-9657.

[6] Tão notada a influência desse movimento no pensamento de Kropotkin, que ele dedica uma parte de seu livro: Memórias de um revolucionário (KROPOTKIN, 2005), para explicar como se deu o êxito dos movimentos das mulheres pelo direito ao ensino superior e intermediário na Rússia de sua juventude.

evolucionista[7] (KROPOTKIN, 1912), inspirada e, ao mesmo tempo, crítica a Darwin, Giambattista Vico, Herbert Spencer e outros positivistas (FERRETTI, 2018).

O que podemos observar em comum entre os dois autores, é o entendimento de que a evolução das sociedades se deu sobremaneira por meio do apoio mútuo, da colaboração e solidariedade, e não em função dos instintos competitivos como queriam os neodarwinistas. Assim como, o posicionamento anticlerical de ambos e a busca por uma ciência sem preconceitos e para todos e todas. Esse argumento nos leva a crer que para os mesmos o equilíbrio entre os gêneros, a cooperação entre os mesmos e a horizontalidade também seriam fatores de evolução.

Próximo a esse ponto de vista, José Cirqueira, em importante estudo, defende a hipótese de um precursor "protofeminismo" na obra reclusiana (PINTO, 2015, p.407), contudo, apesar de não estarmos muito distantes dessa concepção, preferimos entendê-los simplesmente como anarquistas[8]. Entendemos que o desenvolvimento dessas ideias, percorreu trincheiras diferentes do feminismo[9] para chegar a conclusões mais ou menos iguais em alguns aspectos, muitas vezes convergindo, mas por vezes divergindo.

---

[7] Destacamos que o evolucionismo de ambos, estava atrelado a noção de revolução e de uma história sempre em aberto. Assim, as propostas teóricas desses autores, contrapõem totalmente as noções racistas, colonialistas e inclusive machistas dos darwinistas sociais, e do positivismo burguês.

[8] Apesar de anarquistas como Proudhon terem sido avessos ao feminismo e a liberação das mulheres, o contrário ocorre em relação à Kropotkin e Reclus.

[9] Posição um pouco semelhante à nossa é tomada por Sharif Gemie, ao afirmar que Reclus apesar de ver semelhanças entre o anarquismo e o feminismo, entende que o feminismo está "distante" do anarquismo, em função das táticas utilizadas (GEMIE, 1996, p. 431). Por outro lado, concordamos com a existência de uma aproximação do feminismo anticapitalista contemporâneo ao anarquismo, pelo seu atual projeto descentralizador, não hierárquico e avesso a opressão e a exploração (MIES, 2018, p.94).

A eliminação do matriarcado pelo patriarcado e o advento da propriedade privada e do Estado absolutista

Em sua última obra ``L'homme et la terre'', Élisée Reclus dissertou e analisou rapidamente, o nascimento do matriarcado, patriarcado e grupos familiares nas diferentes sociedades originárias. De início parte da ideia de que a propriedade é um roubo, concordando com Proudhon, mas acrescenta, "o casamento é um rapto" (RECLUS, 1905, p. 249), mas não apenas é um rapto, como, além disso, a primeira apropriação privada de um ser humano sobre outro. Assim, defendia que essa instituição havia nascido da concepção monogâmica e poligênica de sociedade, posterior à matriarcal, poliândrica, — segundo ele essa que foi a base de quase todas as sociedades humanas —.

Contudo, ele não acreditava na existência de um único centro de dispersão do patriarcado, na verdade, diferentes sociedades, condições históricas e "meio ambientes", proporcionaram configurações geográficas mais propícias ao matriarcado, que ao patriarcado. Logo, em sociedades onde as condições permitiram uma agricultura se desenvolver com uma produção constante, o matriarcado preponderou. Nessas configurações geográficas, as mulheres cultivavam, enquanto os homens pescavam e caçavam, muitas vezes voltando sem comida alguma. Assim, em ambientes onde a caça e a pesca eram fontes de subsistência principal, a mulher se encarregava dos cuidados domésticos e da prole e, o patriarcado acabava por dominá-la. Essas últimas, sociedades patriarcais, para ele, eram mais bárbaras e mais brutais, pois, eram nelas que a força e coerção sobre as mulheres e crianças determinavam sua formação étnica e organizativa (RECLUS, 1905, p. 252-3).

Especialmente, em meios geográficos onde a guerra não existia, — onde o homem não podia se levantar como um conquistador e dominador, e a possibilidade de coletar frutas e cultivar o campo era maior —, as mulheres desenvolveram um papel de liderança. (RECLUS, 1905, p. 253-5). Segundo ele, a forma econômica sofria influência do meio em que a sociedade assentava-se e ambos condicionavam a estrutura social e consequentemente familiar das sociedades. Por exemplo, nos povos pastoris — em que homens possuíam o gado e produziam o queijo —, o homem adquiria uma preponderância econômica, diminuindo consideravelmente o papel de liderança das matriarcas e submetendo-as à dominação masculina (RECLUS, 1905, p. 257). Diante disso, Reclus entende a questão econômica e a situação geográfica como elementos importantes na determinação do papel da mulher nas sociedades, influenciando em sua condição de inferioridade ou de igualdade em relação ao homem (RECLUS, 1905, p. 257-8).

Analisando os povos que precederam o que hoje se chama Europa, Reclus observa que, nas sociedades matriarcais[10], as matriarcas eram sempre consultadas acerca das decisões a serem tomadas, desempenhando um papel de gestão política e econômica na família e no clã, assim como, uma soberania moral em detrimento dos homens. No entanto, essa forma política e geográfica, não perpetuou na medida em que o homem passou também a cultivar, e dessa maneira, a dominar a agricultura, culminando na transformação gradativa das famílias matriarcais em patriarcais (RECLUS, 1905, p. 258).

[10] O termo mais adequado seria matrísticas, visto que, segundo MIES (2018, p.116) o termo matriarcal implicaria dizer que as mães teriam a capacidade de estabelecer um sistema político de domínio. Contudo, manteremos o termo matriarcal para evitarmos anacronismos.

No entanto, esse pensador entendia que mesmo em alguns regimes matriarcais, apesar de a mulher ter direito sobre as crianças, como matriarca, essa mesma ainda sofria a brutalidade dos homens, principalmente em sociedades onde o matriarcado e o patriarcado coexistiam. (RECLUS, 1905, p. 258-9)

Isto é, apesar de Reclus afirmar que o patriarcado e o matriarcado foram formas de organizações familiares antigas, preponderando em alguns locais em outros não, entendia que o matriarcado teria resultado de um fator natural (o nascimento da criança), sendo anterior, enquanto o patriarcado teria nascido posteriormente a partir da força, do sequestro e da conquista, em suma, da dominação (RECLUS, 1905, p. 261).

Nesse mesmo sentido, Kropotkin afirma que o patriarcado nunca foi uma regra. Para ele, em sociedades matriarcais, haveria uma maior razão de horizontalidade nas relações, ou ao menos, de uma atenuação da dominação dos cônjuges através da mediação exercida pelos clãs, visto que o clã estava acima da família e a coabitação de famílias em casas grandes era muito comum (KROPOTKIN, 2009, p. 255).

Para esse mesmo autor, em estruturas sociopolíticas não-patriarcais, a acumulação de bens era inviável, visto a existência de uma cultura de "destruição dos pertences do indivíduo após sua morte; e, por fim, todo o formidável conjunto de remanescentes" (KROPOTKIN, 2009, p. 255). Nessas condições, foi necessário destruir essas formações sociais para instituir a propriedade privada.

Sendo assim, da transformação de formações sociais tribais e comunais, para sociedades pautadas na acumulação desigual, nasce o princípio do Estado. Logo, a estrutura de dominação sobre as

mulheres e sobre outras hordas, clãs, famílias, se originaria apenas a partir do patriarcado.

Apoiando esse argumento, Reclus entendia que nessa transição haveria aparecido a necessidade histórica do homem em ser reconhecido pelos outros (através do poder de dominar que possuía), em detrimento do reconhecimento pela soberania moral, característica das sociedades matriarcais (RECLUS, 1905, p. 272). Dessa organização teria sido criado o sentimento de respeito ao dominante, a obediência, veneração, o abandono moral e a imitação ao mestre dominador, no anseio de se tornar ele, ou parecido a ele. É a esse fato que o geógrafo libertário atribui o nascimento do Estado absolutista (RECLUS, 1905, p. 274).

Nesse mesmo contexto, Kropotkin dá indícios de que a divisão sexual do trabalho, nasce concomitante à divisão social do trabalho. Argumentando que a divisão entre produtores e não produtores, teria criado uma casta de sacerdotes (magos e necromantes), que exerciam um poder de intimidação sobre as mulheres e crianças através de seus ritos, relegando-as a certos papéis sociais delimitados pelos homens (KROPOTKIN, 1945, p. 327).

Disso, Reclus chega a uma conclusão preliminar: O princípio do Estado nasce do patriarcado, assim como: da conquista da posse da terra do matriarcado, nasce o patriarcado, a acumulação e a dominação. Nesse processo de expropriação, o patriarca se torna não apenas dono de móveis, imóveis e das crianças que eram de responsabilidade das mulheres, mas também, da própria mulher. (RECLUS, 1905, p. 261).

Por esse motivo, a propriedade privada seria impensável em um regime familiar matriarcal. Nesses regimes a concepção de natureza era de convivência e não de dominação, a única ideia de

"posse" que havia, era relativa ao produto direto do seu trabalho. Dessa maneira, a ideia de apropriação do espaço e dos recursos comuns surgiria apenas com o advento do patriarcado. (RECLUS, 1905, p. 268)

Como então se deu esse processo de transição gradual? De que forma nasce a propriedade privada? Ora, se para os pensadores liberais e utilitaristas a propriedade nasce de uma necessidade econômica ou até mesmo do trabalho, para Reclus e Kropotkin a propriedade privada advém da guerra. No entanto, esse processo não se encerrou com o desenvolvimento do sistema capitalista, os povos tradicionais continuaram a ser expropriados pela guerra ou pelo capital. Por esse motivo a chamada "acumulação primitiva" — entendida assim, apesar que de forma crítica por MARX (2013) — é encarada por Reclus como uma acumulação contínua via expropriação[11].

Em suas palavras, são "as desigualdades de poder" que "explicam as desigualdades de posse" (RECLUS, 1905, p. 270), dessa forma são as relações desiguais de poder que balizam a persistência do processo de despossessão. O poder impelido sobre os outros de forma contínua, seria então o percussor da generalização da submissão, dando condições para o homem subjugar e se apropriar das riquezas e dos corpos (principalmente das mulheres, mas também de seus escravos).

Nesses mesmos termos, para Kropotkin **"**a família patriarcal separada tinha se desenvolvido no interior dos clãs de forma lenta, mas sistemática e, a longo prazo, evidentemente levara à acumulação individual e à transmissão hereditária de riqueza e

[11] Para o entendimento de uma leitura semelhante, veja o debate acerca da "acumulação por espoliação" em HARVEY (2004). Para uma análise crítica sobre o conceito de acumulação primitiva em Marx, consultar FEDERICI (2017).

poder". (KROPOTKIN, 2009, p. 103). Poderíamos pensar que essa seria uma tendência natural da evolução das diferentes sociedades, que tenderiam necessariamente ao patriarcado e ao regime de acumulação fundado no direito à propriedade privada, no entanto, ele se serve da história para revelar que:

> A propriedade privada ou a posse "permanente" era incompatível com os próprios princípios e concepções religiosas da comunidade aldeã, assim como com os princípios dos clãs, de modo que foi necessária uma longa influência do direito romano e da Igreja cristã – que logo aceitou os princípios romanos – para acostumar os bárbaros à ideia de ser possível a propriedade privada da terra. (KROPOTKIN, 2009, p. 105).

Essa influência do direito romano, se deu pela necessidade de muitos clãs e tribos em migrar (seja pelas restrições alimentares, seja por invasão de seu território). Tal processo desembocou na desintegração desses grupos, assumindo cada vez mais um caráter de nucleação familiar, que separou paulatinamente as famílias da tutela total da tribo e da união por parentesco. Dessa forma, nasce uma forma de organização do espaço peculiar, a de "território comum" apropriado e defendido pela também nova organização social: a "aldeia comunal" (KROPOTKIN, 2009, p. 103).

Dito isso, podemos resumidamente inferir que para esses geógrafos, o patriarcado não é um resultado natural, pelo contrário, parte das guerras e expropriações; da influência do direito romano; das religiões monoteístas e das conquistas territoriais, é, portanto, responsável pelo desequilíbrio nas sociedades onde se instala. Desse modo, a dominação da mulher seria um dos (se não o principal) fatores originários do Estado e do capitalismo, da constituição da propriedade pela força e pela guerra e, posteriormente, pelo direito

assegurado, pelo sentimento de obediência, subserviência e imitação do patriarca dominado pelo patriarca dominador.

Daí a necessidade de entendermos que, "os resultados políticos da luta mudam de acordo com o tempo e o lugar". Reclus reconhece a necessidade de uma análise geográfica pautada no entendimento de "como as formas políticas das sociedades correspondem a suas formas terrestres", de maneira que permita observar a evolução do território e sua sociedade desde seus primórdios. Ou seja, a Geografia deve buscar os traços de formações sociais anteriores nas sociedades estatais atuais. (RECLUS, 1905, p. 275)

Por isso, entender as diferentes formas de dominação da mulher, implica em considerar o desenvolvimento das relações socioespaciais, ao longo do tempo e a partir das particularidades de cada território. Esses processos sócio territoriais devem ser observados em sua complexidade e múltiplas temporalidades (no passado e no presente), de modo a permitir visualizar os diferentes elementos que, associados, desempenham papéis importantes nas mudanças da estrutura familiar e social de uma dada sociedade, ou conjunto de sociedades.

Os Mecanismos de repressão da mulher na Modernidade e suas estratégias de Resistência: Uma leitura a partir de Reclus

Discutimos anteriormente, um pouco sobre a gênese do patriarcado, sua relação elementar com o advento do Estado absolutista e com o processo de reorganização do espaço geográfico. No entanto, devemos observar que a partir da criação do Estado burguês, essa estrutura de dominação se transforma, sem deixar de lado seu conteúdo opressor, acentuando e dando maior complexidade

a sua forma espacial desigual, pautada no centrismo do macho. Todavia, mais que constatar a forma como o homem chegou a tal posição de poder, faz-se necessário questionar as formas sociais que permitem a perpetuação da dominação da mulher pelo homem, já que a própria humanidade passa a ter progressivamente consciência disso (RECLUS, 2002). Portanto, nos deteremos nesse momento a analisar a partir de Reclus os mecanismos de dominação da mulher na modernidade após o advento do patriarcado capitalista.

Para Reclus a propriedade do homem sobre o corpo da mulher é uma forma de "escravidão disfarçada". (RECLUS, 2015, p. 81). Na sociedade moderna, (com referência a sua análise a partir das sociedades europeias do século XVI). Essa propriedade se dava a partir de uma estrutura socioeducacional que rompia com as práticas educativas das sociedades ditas "primitivas", onde a coeducação entre homens e mulheres era comum.

A sociedade moderna seria estruturada por alguns mecanismos específicos, que excluíam sistematicamente a mulher de certos espaços e posições na sociedade, fosse por meio do domínio e docilização[12], ou do enclausuramento patriarcal. Esses mecanismos eram operados por algumas estruturas sociais que se davam na esfera privada, ou seja, na família e principalmente no matrimônio. Nesses termos, Reclus, afirma que a dominação do homem em relação à mulher estaria intimamente ligada a propriedade privada da terra. Isto é, à forma autoritária com que era organizada a sociedade capitalista nascente e o espaço do cotidiano, — que inclusive, até hoje abnega o direito da mulher a estar em todos os

[12] Reclus usa o termo *Sleeping dog*, para se referir ao que chamamos hoje de docilização (FOUCAULT, 2009), nesse caso a dominação que parte do subjugo, se alicerça na moral dominante, no sentimento de obediência, veneração e imitação ao dominador. (RECLUS, 1905, p. 274)

espaços, inclusive o da rua, das praças e dos locais "públicos" —. Para ele:

> A "bifurcação" da escola primitiva, na qual todos os adultos do lugar tinham sua participação, só separavam-se às provas que deveriam realizar para entrar, uns na sociedade dos homens, as outras entre as mulheres e mães de família; mas, então, o enclausuramento da jovem, prelúdio da subjugação que a esperava no matrimônio, punha, de hábito, um termo a todo ensino: a apropriação apartou a mulher da sociedade. (RECLUS, 2015, p. 85)

Entretanto, o mesmo autor reconhece que houveram transformações importantes nas sociedades ocidentais a partir do século XIX (mas pontuamos que de forma descompassada nos diferentes espaços), quando se passou progressivamente a extinguir-se a divisão de sexos na educação[13]. No entanto, apesar de um verdadeiro progresso no sistema educacional das nações ocidentais de sua época, esse novo fato não se apresentou como uma verdadeira revolução. Considerando que enquanto os homens quando jovens apenas precisavam preocupar-se com os estudos, a jovem mulher ainda "era deixada ao lado de sua mãe para cuidar das crianças e ocupar-se dos afazeres do lar" (RECLUS, 2015, p. 86). Em síntese, na sociedade burguesa, a mulher passa a adquirir o direito a uma educação formal igualitária, em contrapartida, reafirma-se a sua responsabilidade pela reprodução social da família trabalhadora.

Nesse caso, a hierarquia de gênero em seu ver não é liquidada, o que passa a existir é a concessão de alguns direitos dentro da estrutura social. A mulher continua em posição de subordinação com relação à autoridade masculina, ao "pater-família", ao marido e

[13] Segundo Pinto, (1999, p.124), o sistema de coeducação (ou educação mista) foi introduzido inicialmente nos EUA, entre os séculos XVIII e XIX e apenas posteriormente passou a ser discutido amplamente nos países europeus.

irmãos, mas também à determinação de seu papel materno. Assim, a posição inferior da mulher na sociedade é mantida, visto que esses, ao contrário delas, permanecem desde sua infância experimentando uma liberdade maior, desobrigados dos cuidados precoces do lar e da reprodução da força de trabalho, impostos às mulheres.

Contudo, houveram também transformações importantes nas sociedades ocidentais a partir do final do século XIX, no que diz respeito à obtenção de algumas liberdades da mulher. Para o anarquista francês, as funções reprodutivas maternas tornavam-se cada vez menos fatigantes, à medida que se engendrava uma mudança demográfica, sociológica, e implicitamente geográfica. Essa mudança estava relacionada a crescente preocupação geral com a higiene preventiva, que havia diminuído a mortalidade infantil e as dificuldades de cuidados com as crianças. Dessa forma, segundo esse geógrafo, a mulher tenderia a se libertar e a exercer as mesmas atividades do homem, à medida que se expandisse a ajuda e apoio mútuo[14] na sociedade (RECLUS, 2015, p. 87). Com isso, a responsabilidade com a reprodução da vida seria cada vez mais socializada e a mulher passaria a ser menos oprimida e dominada[15].

Entretanto, o controle da mulher não se dava apenas do ponto de vista da reprodução, Reclus chama a atenção para a educação estética e a necessidade de sua transformação. A moda, as convenções e a falsa moral, segundo ele, controlavam os corpos das mulheres (RECLUS, 2015, p.111), para sustentar seu argumento, o autor utiliza o exemplo das madames cristãs europeias, que em sua época, por convenção, cobriam os rostos da mesma maneira que as

[14] Para melhor compreender o debate acerca do apoio mútuo, ver Kropotkin (2009).
[15] No entanto, devemos ressaltar que também houve "regressões" nesse processo, visto que, a liberação de alguns deveres maternos gerada pelo advento de instituições como creches e escolas, foi paralelo à absorção da mulher no mercado de trabalho.

maometanas (criticadas pelos cristãos pelas imposições de sua religião). Não menos que isso, os costumes da sociedade exigiam que a mulher exibisse publicamente os ombros e seios desnudos. (RECLUS, 2015, p. 113), ou seja, havia um controle do corpo da mulher, impelido pela cultura, os costumes e a "convenção social".

Sua proposição, mais uma vez excêntrica, pode causar espanto ainda hoje, o geógrafo defende e enaltece a nudez, como símbolo de higiene, considerando-a um "remédio" para a perversão e "libertinagem". Segundo ele o uso de roupas degradava o corpo dos homens e principalmente das mulheres (RECLUS, 2015, p. 115), ambos controlados pelo poder dominador da moda. Assim, não seria a nudez a causa da perversão, mas justamente o contrário, o tratamento do corpo como algo a ser escondido para não ser violado, era o fator gerador de tais sentimentos antissociais.

Dessa maneira, Reclus indica alguns dos mecanismos de opressão que operavam em sua época. Contudo, também aponta para processos de contestação importantes à ordem imposta pelo homem. Um desses fatos será o movimento feminista, o qual Reclus analisa em algumas de suas obras.

Para ele, os chamados "primeiros tempos do "feminismo"" (ou a primeira onda feminista que ocorreu entre os séculos XIX e XX), foram um marco na busca de igualdade entre os sexos, seja pela reivindicação do direito ao voto, à propriedade, ou ao acesso das mulheres ao ensino superior. No entanto, esses movimentos possuíam uma limitação, dada pela ausência de uma crítica ao capitalismo. Do seu ponto de vista, as mulheres que participaram, "em sua qualidade de patrícias ou de letradas," inicialmente "conservavam um santo horror pela operária de vestes surradas ou

sujas". (RECLUS, 2015, p. 350) e dessa forma passaram a ser alvo de reprovação da opinião pública.

Contudo, esse movimento que se dava sobretudo, nos EUA, adquiriu novas pautas e estratégias. Assim, para Reclus, as mulheres passaram a se dirigir aos prostíbulos para "aliar-se com suas irmãs reprovadas contra a vergonhosa injustiça da sociedade", em repúdio a "escandalosa parcialidade da lei relativa aos sedutores contra suas vítimas", (RECLUS, 2015, p. 350) e dessa forma tiveram o respaldo da opinião pública.

Sendo como for, Reclus não recriminava nenhuma reivindicação das mulheres. Pelo contrário, apontava para a desigualdade de salários, a dominação e punição da mulher pelo marido, a ausência de direitos como cidadã e direitos políticos, a criação de leis sem a sua contribuição, assim como o estabelecimento de impostos com os quais não concordou. Dessa forma era inegável "que o seu direito de recriminação fosse absoluto" (RECLUS, 2015, p. 351).

No entanto, esse anarquista chama atenção para a possibilidade de alguns equívocos que poderiam ocorrer ao não se refletir sobre a forma como são reivindicados certos direitos, isto é, em primeiro lugar os direitos não deveriam ser requeridos, mas sim, exigidos, conquistados. Portanto, a instituição de uma lei não representava necessariamente uma conquista, mas sim uma concessão da classe de possuidores que tinha por efeito recrudescer as energias volitivas das mulheres. (RECLUS, 2015, p. 351).

Em segundo lugar, o anarquista dá indícios de que seria necessária uma luta que viesse a agregar uma vontade coletiva mais ampla, visto que a emancipação da mulher dependeria, no final das contas, da emancipação da sociedade como um todo.

Consequentemente se faria necessário a extinção da sociedade de classes, assim como a propriedade, o mercado e o Estado, de modo a permitir uma emancipação real da mulher. Por outro lado, a sociedade também nunca se emanciparia do Estado e do Capital enquanto as mulheres continuassem a ser dominadas, escravizadas e exploradas. Se dirigindo as mulheres ele afirma que:

> De ano em ano a experiência ensinar-lhes-á, contudo, que a liberdade não deve ser absolutamente mendigada e que é preciso conquistá-la; ensinar-lhe-á, além do mais, que sua causa confunde-se virtualmente com aquela de todos os oprimidos quaisquer que sejam; elas doravante terão de ocupar-se de todos aqueles contra os quais fazem mal, e não apenas das infelizes mulheres obrigadas pela miséria a vender seu corpo. Unidas umas às outras, todas as vozes dos humildes e ofendidos retumbarão em um formidável grito que se fará ouvir. (RECLUS, 2015, p. 350-1)

É importante ressaltar que a crítica realizada por esse autor anarquista vai ser aplicada justamente após a segunda onda feminista na década de 1960[16] (mais de 70 anos depois). Além do mais, é evidente que Reclus analisara o movimento feminista de forma simultânea ao desenvolvimento da primeira onda, contudo, sua postura anarquista permitiu-lhe visualizar as capacidades, e as limitações desse mesmo, principalmente, o caráter exclusivista e estatista que tomava até então.

[16] Para mais informações sobre a segunda onda e a crítica feita pelas feministas à primeira onda consultar Maria MIES (2018, p. 60-4).

Meios e fins de uma revolução social: Extinção da divisão sexual do trabalho e igualdade entre homens e mulheres na visão de Kropotkin

Analisamos alguns elementos do patriarcado e sua imbricação com o Estado e o Capital. Os autores aqui trabalhados forneceram alguns elementos críticos a essa ordem social estabelecida, quer dizer, a ordem imposta pelo patriarcado. De agora em diante, vamos nos deter à algumas críticas propositivas esboçadas por Kropotkin. Enfatizamos que em parte essas críticas são especulativas e um pouco "otimistas", mas, ao mesmo tempo, são politicamente potentes, pois, nos dão uma dimensão geográfica que pode indicar possibilidades de subversão à ordem do patriarcado e do capital.

Em seu livro A Conquista do Pão, largamente difundido nos movimentos campesinos e de trabalhadores urbanos de todo o mundo, Kropotkin propõe uma organização social nova a partir dos conceitos anarco-comunistas de sociedade livre. Partindo de sua análise e de suas teorias, podemos entender melhor sua visão de sociedade revolucionária (sociedade revolucionária no sentido de estar, incessantemente em transformação).

Em linhas muito gerais, Kropotkin acreditava que o processo de revolução social se iniciaria através da expropriação de todos os grandes proprietários e capitalistas. Paralelamente haveria o levantamento, seguido da apropriação das terras e capitais pelos trabalhadores e trabalhadoras e, por fim, a redistribuição de todos os bens existentes de forma imediata, sem a interferência de nenhum órgão burocrático. Ou seja, a revolução deveria ser realizada pelo povo para o povo, sem intermédio de governo, "elite dirigente" ou Estado algum. No entanto, para além das necessidades materiais, também se faria necessário extinguir as instituições de opressão,

como as prisões, os manicômios e as escolas nos moldes autoritários (KROPOTKIN, 2009, 2011).

É evidente a sua preocupação com as estruturas de dominação e exploração que tenderiam a permanecer com a derrocada do Estado e da propriedade privada. Uma em especial lhe preocupava bastante, a divisão do trabalho, tanto em seu aspecto social (trabalho qualificado[17] x trabalho simples), quanto em suas implicações territoriais (relação cidade x campo). No entanto, esse pensador leva às últimas consequências sua crítica, atacando a divisão sexual do trabalho, e é nesse sentido que sua proposição de sociedade livre se confunde com a necessidade de liberação das mulheres.

Kropotkin, como um anarquista, ciente das diversas manifestações autoritárias do poder que domina, alertava para a imprescindibilidade de pôr fim ao trabalho doméstico e de destruir imediatamente à escravidão doméstica no início da revolução. Afirmava, que essa era uma necessidade histórica, visto que, essa escravidão[18] seria a "mais tenaz por ser também a mais antiga", pois, sempre recaiu sobre "a parcela mais fustigada da humanidade: as mulheres" (KROPOTKIN, 2011, p. 84). Para reforçar os seus argumentos, ele ironiza o machismo dos socialistas de sua época que lutavam pela revolução política, enquanto defendiam a divisão sexual do trabalho e seus privilégios enquanto homens:

> (...)mas quando se lhes pergunta como se poderia organizar o trabalho doméstico [durante a revolução], respondem: "cada um fará seu próprio trabalho". "Minha mulher satisfaz bem o da casa:

[17] Para mais informações sobre a crítica a divisão do trabalho em Kropotkin veja: KROPOTKIN (2009, p.111) e KROPOTKIN (1978, p.9)

[18] O debate sobre a dimensão da não remuneração do trabalho doméstico, apenas iniciará na década de 1970, contudo, Kropotkin já apresentava ideias importantes que apenas seriam discutidas décadas a frente, após uma crítica a "cegueira" de Marx quanto ao fato do trabalho doméstico ser um trabalho produtivo. Para saber mais sobre o debate acerca da centralidade do trabalho doméstico na estrutura capitalista consultar MIES (2018, p.83-7)

> as burguesas que façam o mesmo". E se é um burguês socializante que fala, ele diz à sua mulher com um sorriso gracioso:" não é assim, querida, que tu passarias bem se criada em uma sociedade socialista? Tu farias, não é? (...) E a mulher responde-lhe com um sorriso agridoce "sim, querido", dizendo para si que felizmente, tal coisa não ocorrerá tão cedo. (KROPOTKIN, 2011, p. 84)

Dessa forma, Kropotkin entendia como impossível uma revolução que não incluísse a emancipação imediata da mulher. Em várias partes de sua obra deixa claro que a partir da destruição dos principais mecanismos de opressão e dominação (Estado e a Propriedade privada), todos (inclusive a mulher) têm o direito de desenvolver todas as suas capacidades, como: acesso a toda a herança da ciência e o direito ao ócio. Segundo o mesmo, após a revolução as horas de trabalho diminuiriam drasticamente. Não obstante:

> Uma revolução que se decorasse com as mais belas palavras de Liberdade, Igualdade, Solidariedade, mantendo ao tempo a escravidão do lar, não seria revolução. A metade da humanidade, submetida ainda à escravidão do lar e da cozinha, teria ainda que se revoltar contra a outra metade. (KROPOTKIN, 2011, p. 87)

O anarquista russo, explica que essa mudança não se dará pelo "milagre" da revolução simplesmente, mas sim, porque as mulheres daquele período, já haviam adquirido consciência de seus direitos e estavam lutando para destruir a estrutura de dominação patriarcal, — admitindo, assim como Reclus que as mulheres norte-americanas estavam na dianteira do movimento —. No entanto, pondera seus argumentos, afirmando implicitamente que apesar da tomada de consciência das mulheres, só poderia haver uma emancipação real se houvesse uma revolução social, e não apenas política, visto que a estrutura patriarcal é um dos alicerces do capitalismo. Logo:

> Emancipar a mulher não é abrir-lhe as portas da universidade, dos tribunais e do parlamento. Pois é sempre sobre uma outra mulher que a mulher emancipada atira os trabalhos domésticos. Emancipar a mulher é livrá-la do trabalho embrutecedor da cozinha e da lavagem; é organizar-se de maneira que possa criar e educar os seus filhos, se assim lhe parecer**,** conservando sempre bastante tempo livre para tomar a sua parte na vida social. (KROPOTKIN, 2011, p. 87)

Ou seja, adquirir direitos é importante do ponto de vista da tomada de consciência das mulheres, no entanto, enquanto não se transformar a estrutura hierárquica da sociedade capitalista e estatal, a ascendência social de algumas mulheres, continuará a representar dominação e exploração de outras tantas.

Porque então a mulher seria tão explorada no sistema capitalista? Percebemos que no conjunto de sua obra, Kropotkin reconhece que a dominação da mulher pelo homem não acontece apenas no capitalismo. Entretanto, a organização da nossa sociedade e a forma como o espaço social hoje é determinado pela vida privada — e, pela própria divisão social do trabalho —, impõe invariavelmente a exploração da mulher.

Segundo Kropotkin a divisão sexual do trabalho[19] e a divisão espacial das famílias fundamentam a exploração, na medida em que observamos, por exemplo, o grande desperdício de trabalho, despendido por milhões de mulheres de uma nação ao cozinharem separadamente. Quando seria mais econômico (ou seja, menos trabalhoso) criar cozinhas públicas, e dividir as tarefas (contando com os homens) (KROPOTKIN, 2011, p. 87).

[19] Kropotkin afirma que as mulheres possuem as mesmas capacidades de realizarem trabalhos manuais (KROPOTKIN, 1888) e polemiza com os neodarwinistas, que acreditavam assim como Darwin que as mulheres eram biologicamente inferiores (KROPOTKIN, 2009)

Em um tom sempre crítico, com um olhar acurado para as questões de gênero e o papel de resistência desempenhado pelas mulheres ele se pergunta, por que "o trabalho da mulher nunca foi contado pra nada"? (KROPOTKIN, 2011, p. 87), sendo elas as responsáveis por todo o trabalho doméstico que implica na produção e reprodução da "força de trabalho", o anarquista assevera que as mães (principalmente as pobres) se utilizam do apoio mútuo para dividirem os cuidados[20] e conseguirem sobreviver no sistema atual (KROPOTKIN, 2009 p. 221)

Desse modo, "por que aqueles mesmos que querem a emancipação do gênero humano não incluíram a mulher no sonho de emancipação e consideram isso indigno das suas altas preocupações"? (KROPOTKIN, 2011, p. 87). Por fim se pergunta retoricamente: Se hoje entendemos como privilégio o fato de os homens receberem maiores salários, "como poderíamos suportá-los em uma sociedade que proclamasse a igualdade?" (KROPOTKIN, 2011, p. 115).

Por ser irrevogavelmente avesso ao assalariamento[21], Kropotkin acaba matando o mal pela raiz. Realmente, há uma má remuneração das mulheres — e como vimos anteriormente, ele considera esse fato determinantemente injusto —, contudo, a própria estrutura de salários está pautada no princípio da propriedade privada e na lógica da mercadoria. Portanto, entendemos que o problema não é simplesmente a má remuneração da mulher com

[20] "As mães se apoiam e cuidam das crianças alheias de milhares de maneiras (...) as mães das classes mais pobres (...) não podem suportar a visão de uma criança faminta; elas têm de alimentá-la, e é o que fazem." (KROPOTKIN, 2009 p. 221).
[21] Podemos entender sua concepção de assalariamento como um sistema de medida e remuneração do valor trabalho em relação a uma moeda ou mercadoria. Isto é, a instituição da força de trabalho enquanto mercadoria, seja em salário pago no capitalismo, ou como proposto pelos coletivistas de sua época, o "bônus de trabalho", "escala de salários", ou "salários iguais". (KROPOTKIN, 2011, p.109-115).

relação ao homem, mas sim a própria remuneração em um sistema de compra e venda da força de trabalho. Ou seja, para transformar essa estrutura de dominação e exploração, seria necessário extinguir a divisão sexual do trabalho (principalmente extinguir o trabalho doméstico) e o próprio assalariamento.

Por esses e outros motivos, Kropotkin considera a teoria do valor-trabalho limitada e inexata (KROPOTKIN, 2011, p. 116) uma vez que é medida pelo resultado isolado da obra, mas não pelo trabalho coletivo herdado como: as estradas, as máquinas, as descobertas científicas. Desse modo, seria impossível mensurar o valor dessa "herança" social e, do trabalho. Em outras palavras, incorreríamos em um erro grave ao considerarmos valores abstratos (como o valor do salário médio), visto que a sociedade se desenvolve a partir do trabalho concreto e, em maior parte, não remunerado.

Esse trabalho não remunerado, não é considerado por não ser feito no chão de fábrica e por estar emaranhado ao princípio de ajuda mútua, logo, seria impossível determinar quanto vale o trabalho de alguém (seja no lar ou na fábrica), ou mesmo realizar uma distinção entre trabalho simples e trabalho qualificado, visto que ambos, apenas existem e tem valor pelo trabalho coletivo. (KROPOTKIN, 2011, p. 116-118) Assim, como poderíamos determinar o valor de uma mãe que dá à luz e cuida de uma futura pesquisadora que descobriu a cura do câncer?

Nesses termos, o problema para Kropotkin da sociedade atual e das sociedades propostas pelos coletivistas (sejam socialistas estatistas ou comunistas autoritários), é justamente a impossibilidade de se medir o valor do trabalho de cada indivíduo, isto é o assalariamento. Se seguirmos o seu raciocínio, trazendo-o para os tempos atuais, o problema não estaria apenas na não-

remuneração monetária dos trabalhos domésticos da mulher, ou na remuneração maior do homem com relação à mulher (apesar de ser uma relação absolutamente injusta).

O problema estaria justamente na remuneração de qualquer indivíduo na sociedade, no salário, na existência do dinheiro, na medida do valor-trabalho, que resultaria em desigualdades de consumo, distribuição e produção. Portanto, ao contrário do que fundamenta o sistema político-econômico atual, todas e todos deveriam ter direito ao ócio e ao que é produzido socialmente de maneira equânime (KROPOTKIN, 2011, p. 118-120).

Em síntese, Kropotkin inverte tanto o pensamento marxista sobre essa discussão, quanto as teorias feministas acerca do assalariamento e nos leva a pensar na seguinte questão: O importante seria reivindicar a remuneração dos trabalhos domésticos da mulher e salários iguais, ou lutar pelo fim da remuneração, ou seja, pelo fim do assalariamento de toda a sociedade e pelo "apoderamento de toda a riqueza social" (KROPOTKIN, 2011, p. 115) para todas e todos?

Isto posto, poderíamos afirmar, concordando com Kropotkin, que uma revolução social não poderia ser feita pelos homens para os homens, visto que a estrutura de dominação e exploração continuaria a existir. Com efeito, essa revolução social precisaria garantir antes de mais nada, a extinção do assalariamento e do patriarcado capitalista, assim como, a reorganização espacial e funcional da produção e das tarefas entre homens e mulheres. Culminando necessariamente na abolição do trabalho doméstico e das desigualdades sociais entre os gêneros, só assim, a revolução seria propriamente uma revolução social.

Conclusões

Dessa forma, esse breve estudo, teve por finalidade primeira (mas não principal), contribuir para a História do Pensamento Geográfico, colocando à luz alguns aspectos do pensamento da Geografia anarquista do século XIX e XX que foram apagados da academia e do imaginário coletivo. Tentamos desmistificar a ideia de que a questão da mulher na sociedade moderna, tivesse sido analisada apenas a partir da década de 1970 e de que a teoria social anarquista seria anticientífica e obsoleta.

O presente artigo também demonstra as limitações do pensamento de ambos os autores, sem entrarmos em anacronismos, devemos entender que as formulações das teorias e proposições aqui ilustradas eram orientadas pelo pensamento e aparato teórico da época em questão. Portanto, a problemática acerca do gênero, tal como é colocada hoje em dia, não poderia ser pensada no contexto desses pensadores. Cientes disso, buscamos reunir os principais argumentos desses autores, tendo como objetivo maior promover o debate, em vez de afirmar a validade ou não das proposições.

Para esses geógrafos anarquistas, a Geografia seria uma ponte para analisar a distribuição das diferentes estruturas familiares pelo globo e suas diferentes gêneses e intersecção com outras sociedades, suas permanências e impermanências a partir da etnografia comparada — tão pouco utilizada hoje em dia na ciência geográfica —.

A partir dos seus escritos, analisamos os impactos dos movimentos feministas nas transformações da posição socioeconômica da mulher no espaço geográfico e sua relação com o senso comum e a opinião pública. Tanto como, as estratégias e táticas dos movimentos feministas do século XIX e XX, a escravidão

doméstica e a secundarizarão das pautas femininas nos meios revolucionários. Além disso, a forma que os mecanismos estatais são utilizados para domesticar a luta das mulheres (aparelhos parlamentares) e, simultaneamente, para docilizar as mesmas desde o início até o fim de suas vidas (escola, família, matrimônio).

Partindo desse ponto, a Geografia estaria habilitada a estudar as relações atuais entre o patriarcado capitalista, o Estado e seus mecanismos de dominação sobre os territórios das mulheres (tanto corpóreo, quanto espacial) e a divisão do trabalho e suas implicações para a mulher no mundo do trabalho atual. Bem como, a forma como se dão os processos de desapropriação dos territórios das mulheres, principalmente no mundo agrário, onde a expropriação e espoliação capitalista avança de maneira direta e mais violenta.

Com todas essas questões e reflexões, partimos desses autores para formular e tentar responder o seguinte questionamento: quais seriam os fundamentos de uma Geografia anarquista e antipatriarcal (ou Feminista de orientação anarquista)? Buscando promover o debate entre as mulheres (caso seja pertinente para elas), propomos, a partir dessa análise, considerar alguns elementos estruturantes dessa Geografia.

Em primeiro lugar, a análise buscaria englobar todas as opressões, como quer Reclus (2002, 2015), ou seja, a questão de classe, os direitos da mulher, a forma política atual (estatal) e todos os mecanismos de opressão a mulher (seja a escola, o casamento, opinião pública, estética, etc.). Em segundo lugar, a dimensão espacial deveria sempre ser considerada, ou seja, as formas como as divisões espaciais do trabalho se relacionam com as divisões sociais e sexuais do trabalho. Assim, estudar as desigualdades de gênero em um recorte espacial, teria a ver também, com identificar onde e em

que condições as mulheres trabalham, moram, consomem e se socializam (seja na esfera privada ou pública).

Por outro lado, acreditamos, à luz dos estudos de Kropotkin (2009) que uma das dimensões que poderiam ser estudadas por essa geografia, seria a da mutualidade entre as mulheres. Dessa forma, esses estudos se direcionariam a entender as formas de sociabilidade, práticas de ajuda mútua e resistência das próprias mulheres, — com enfoque para os recortes das favelas e periferias, mas também para o campo —.

Aqui devemos nos questionar quais os efeitos que cada espaço tem sobre a vida e a forma como as mulheres se associam, dividem os cuidados (de forma crítica), mas também a liderança, as tomadas de decisão, as formas como também são oprimidas nesses espaços.

Em terceiro lugar, o que podemos concluir dessas análises é que uma Geografia Anarquista e antipatriarcal, seria sobretudo, uma Geografia revolucionária, avessa ao Estado, ao Capital e até a Família (em seu sentido institucional), como indica Reclus (2002, 2015). Assim, o conteúdo político e ideológico distinguiria essa Geografia das demais Geografias Feministas, em função tanto de seu caráter crítico radical, quanto em seu modelo propositivo, contrário à política institucional, antagônico aos modelos de transição, de reforma e de "luta por dentro do Estado".

Em quarto e último lugar, a Geografia Anarquista, teria um papel fundamental para a discussão da organização econômica levando em conta a forma espacial do patriarcado capitalista, sobretudo, a partir de uma análise crítica integrada sobre o assalariamento, o trabalho doméstico e a divisão espacial do trabalho (cidade e campo) e técnica (manual x intelectual; simples x

qualificado). Esses estudos poderiam buscar alumbramento no escritos de KROPOTKIN (2009), (2011), (1978).

Por fim, devemos considerar também que essa Geografia antipatriarcal, deveria inicialmente, ser uma Geografia em aberto, respeitando sempre o pensamento livre, sobretudo das mulheres. Pelo seu caráter anarquista, ela não pode se pautar em dogmas, nem se fechar no pensamento de determinados autores, pelo contrário, deve estar sempre em contato com os anseios e sofrimentos das mulheres, de maneira que aponte os caminhos para uma sociedade livre, equânime e para uma justiça socioespacial e de gênero real.

Referências bibliográficas

CIRQUEIRA, José Vandério. *Élisée Reclus e a Excentricidade de sua Geografia Anarquista*, Terra Brasilis *(Nova Série)* [Online], 7, 2016, posto online no dia 09 dezembro 2016, consultado o 29 dezembro 2020. URL: http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1787

CLARK, J and MARTIN, C. *Anarchy, Geography, Modernity: Selected Writings of Elisée Reclus,* Edited and translated by, with an introductory essay by John Clark, 2013

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FERRETTI, Federico. The correspondence between Élisée Reclus and Pëtr Kropotkin as a source for the history of geography. *Journal of Historical Geography*, v.37, p.216-222. 2011

FERRETTI, Federico. *Evolução e revolução: os geógrafos anarquistas Elisée Reclus e Petr Kropotkin e sua relação com a ciência moderna, séculos XIX e XX*. Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos vol.25 no.2 Rio de Janeiro Apr./ June 2017, Epub May 10, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

GEMIE, Sharif. *Anarchism and feminism: a historical survey*, Women's History Review, 5:3, 417-444, 1996.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004

KROPOTKIN, Piotr. *The Industrial Village of the Future*. London: Nineteenth Century, p. 513-530, 1888.

KROPOTKIN, Piotr , *Modern Science and Anarchism*, Freedom Press, 127 Ossulston Street, N.W. 1912.

KROPOTKIN, Piort, *Origen Y Evolucion de la Moral*; Traducción directa del ruso por Nicolás Tasin, editorial Americale, Buenos Aires, 1945.

KROPOTKIN, Piotr. *Campos, fábricas y talleres*. (1ª ed. 1910). Madrid: Júcar, 1978.

KROPOTKIN, Piotr. *O Estado e seu papel histórico*. Trad. Alfredo Guerra. Coleção Escritos Anarquistas. Ed. Imaginário. São Paulo. 2000.

KROPOTKIN, Piotr. *Memorias de un revolucionario*. Traducción de Pablo Fernández Castañón-Uría. Oviedo: KRK Ediciones, 2005.

KROPOTKIN, Piotr , *Ajuda Mútua: Um Fator de Evolução*; tradução: Waldyr Azevedo Jr. — São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

KROPOTKIN, Piotr. *A Conquista do Pão*; tradução Cesar Falcão – Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.

MARX K. O Capital: Crítica da economia política. Livro I. *A assim chamada acumulação primitiva*. São Paulo: Boitempo; 2013.

MIES, M. *Patriarcado y acumulación a escala mundial*. Madrid: Traficantes de sueños, 2018.

PINTO, Teresa. *Caminhos e Atalhos da Co-educação*. In: exaequo, n°1, pp. 123-138, 1999.

PINTO, José Vandério Cirqueira. *Geograficidade libertária em Élisée Reclus*: Contribuição heterodoxa à história da Geografia. Tese de doutorado, Geografia, Universidade Estadual Paulista, 2015.

RECLUS, Élisée. *L'Homme et la Terre***.** I Tome. Paris: Librairie Universelle, 1905.
RECLUS, Élisée. *A evolução, a revolução e o ideal anarquista*. São Paulo: Imaginário, 2002.

RECLUS, Élisée. *O Homem e a Terra*: textos escolhidos; seleção e tradução Plínio Augusto Coêlho. – São Paulo (SP) :Intermezzo, 2015.

SKODA, A. *A Recepção de Elisée Reclus no Brasil*: uma narrativa científica. Dissertação (mestrado em geografia). São Paulo, FFLCH/USP, 2016.

SILVA, Joseli Maria. *Geografias feministas, sexualidades e corporalidades*: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. Espaço e Cultura (UERJ), v. 27, p. 39-55, 2010.

SILVA, Joseli Maria. *Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades*. In: SILVA, Joseli Maria. (Org.). Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. 1 ed.Ponta Grossa: Todapalavra, v. 1, p. 25-54, 2009.

SOUZA, M. L. de. *Por Uma Geografia Libertária* – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

Submetido em: 10 de janeiro de 2021.

Devolvido para revisão em: 25 de maio de 2021.

Aprovado em: 27 de maio de 2021.